

AUDITORIA DO ISS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS



Fátima Lopes

Auditora do Tesouro Municipal

Secretaria das Finanças do Município de Fortaleza

Mai/2017

Agenda

- ❑ Importância da fiscalização para os Municípios
- ❑ Dificuldades da Ação Fiscal
- ❑ Conceito de Instituição Financeira
- ❑ Operações das Instituições Financeiras
- ❑ Serviços Bancários
- ❑ Escrituração – Plano COSIF
- ❑ Contexto histórico na SEFIN
- ❑ Declaração Eletrônica em Fortaleza
- ❑ Ações Fiscais efetuadas
- ❑ Arrecadação Espontânea
- ❑ Considerações Finais

A importância da fiscalização

- **Presença do Fisco**
- **Aumento da arrecadação**
- **Benefícios para a sociedade**

Dificuldades da Ação Fiscal

- ❑ Pouca experiência na fiscalização do segmento
- ❑ Especificidades da contabilidade bancária – Plano COSIF
- ❑ Identificação de *receitas financeiras x receitas de serviços* nos documentos contábeis
- ❑ Banco não emite Nota Fiscal – as receitas são acompanhadas por meio de balancetes mensais
- ❑ Complexidade da ação fiscal
- ❑ Demora na entrega de documentos
- ❑ Assessoria Jurídica altamente especializada

Instituições Financeiras – Quem são?



São consideradas *Instituições Financeiras* as pessoas jurídicas públicas ou privadas que tenham como finalidade **principal** ou **acessória** a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros.

OPERAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PRINCIPAIS:

Passivas – aplicação de recursos

Ativas – captação de recursos

ACESSÓRIAS: Serviços Bancários

ESTE É O NOSSO FOCO ➡





OPERAÇÕES ACESSÓRIAS

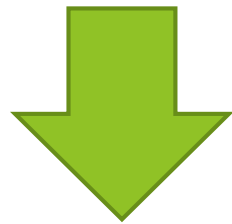
Serviços Bancários

- ☐ **Ordens de Pagamento**
- ☐ **Cobrança**
- ☐ **Transferência de fundos**
- ☐ **Serviços de câmbio e comércio exterior**
- ☐ **Compensação**
- ☐ **Aluguel de cofres**
- ☐ **Arrecadação de tributos**
- ☐ **Cadastro**
- ☐ **Custódia**
- ☐ **Inclusão/exclusão no CCF**
- ☐ **Fornecimento de atestados**
- ☐ **Emissão de avisos e comprovantes**
- ☐ **Emissão de talonário de cheques**
- ☐ **Avaliação e vistoria de imóveis**
- ☐ **Pacotes de serviços**
- ☐ **Recebimentos diversos**

TIPOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

- ❑ **Bancos Múltiplos**
- ❑ **Bancos Comerciais**
- ❑ **Caixas Econômicas**
- ❑ **Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeiras)**
- ❑ **Associações de Poupança e Empréstimos**
- ❑ **Bancos de Investimento**
- ❑ **Administradoras de Consórcios**
- ❑ **Sociedades de Arrendamento Mercantil, etc.**

PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL



C O S I F

C O S I F : Carta Circular 1.273, de 29.12.1987

Objetivos:

- ❑ Uniformizar os registros contábeis**
- ❑ Racionalizar a utilização das contas**
- ❑ Estabelecer regras, critérios e procedimentos**
- ❑ Acompanhar o Sistema Financeiro**
- ❑ Permitir a análise, avaliação de desempenho e controle das demonstrações financeiras**

Escrituração – Plano COSIF

- ✓ As instituições financeiras utilizam dois Planos de Contas:
 - *Interno* – para registro de suas operações
 - *Padronizado – COSIF* – instituído pelo BACEN, de uso obrigatório
- ✓ A análise é feita através dos Balancetes Mensais e Semestrais da Agência bancária
- ✓ O conhecimento do Plano COSIF é fundamental nas fiscalizações

Escrituração – Plano COSIF

- ❑ Dificuldades de se identificar as receitas tributáveis pelo ISS
- ❑ Base de cálculo para autuação não é a receita bruta lançada no balancete mensal – exige conhecimento da natureza dos serviços bancários e análise minuciosa das contas/subcontas
- ❑ Identificar receitas contabilizadas na Matriz e/ou outras dependências
- ❑ Atentar para receitas financeiras não tributáveis pelo ISS

Contexto Histórico na SEFIN

- ❑ A fiscalização era feita por qualquer auditor
- ❑ Poucas Instituições Financeiras fiscalizadas
- ❑ Falta de conhecimento específico na área
- ❑ Não havia a cultura de fiscalizar este segmento



TREINAMENTO

Treinamento 2004 : *Início das Mudanças*

Grandes Desafios:

- ❑ Criar Equipe engajada, integrada e motivada para os desafios
- ❑ Padronizar a metodologia de trabalho
- ❑ Complexidade da fiscalização
- ❑ Planejar a ação fiscal, preservando o período decadencial
- ❑ Manter rigor na formatação dos processos para o *CAT – Contencioso Administrativo Tributário*
- ❑ Efetuar autuações bem fundamentadas, face a inexperiência da Equipe e a excelência da Assessoria Jurídica das I.F.

Contexto Histórico na SEFIN (Cont.)

Diretrizes:

- ✓ **Aperfeiçoamento do trabalho da Equipe**
- ✓ **Busca da eficiência do processo através da *Padronização de Procedimentos***
- ✓ **Reuniões para debates e ajustes das ações fiscais em andamento**
- ✓ **Fortalecimento da colaboração espontânea**

Contexto Histórico na SEFIN (Cont.)

Diretrizes:

- ✓ **Desenvolvimento de um programa de fiscalização contínua**
- ✓ **Uso de Mapas de Apuração da Receita Tributável**
- ✓ **Enquadramento Legal de cada conta/subconta autuada, evitando assim, a alegação de cerceamento de defesa utilizado pelas I.F.**
- ✓ **Relatórios complementares**

Declaração Eletrônica IF - Fortaleza

DDS-IF

Jan/2007 a Jun/2011

GISS-ONLINE

Jul/2011 a Jun/2014

ISS FORTALEZA

A partir Julho/2014

Sem Declaração I.F.

DES-IF - Modelo ABRASF

Nosso objetivo é efetuar acompanhamento através de

MONITORAMENTO

Segmentos da Arrecadação de Instituições Financeiras

Bancos

Serviços financeiros, exceto bancos, financeiras e
correspondentes

Intermediações e Congêneres, exceto Representação
Comercial

Correspondentes de Instituições Financeiras

Corretores e Agentes de Seguros, de Planos de Previdência
Complementar e de Saúde

Financeiras

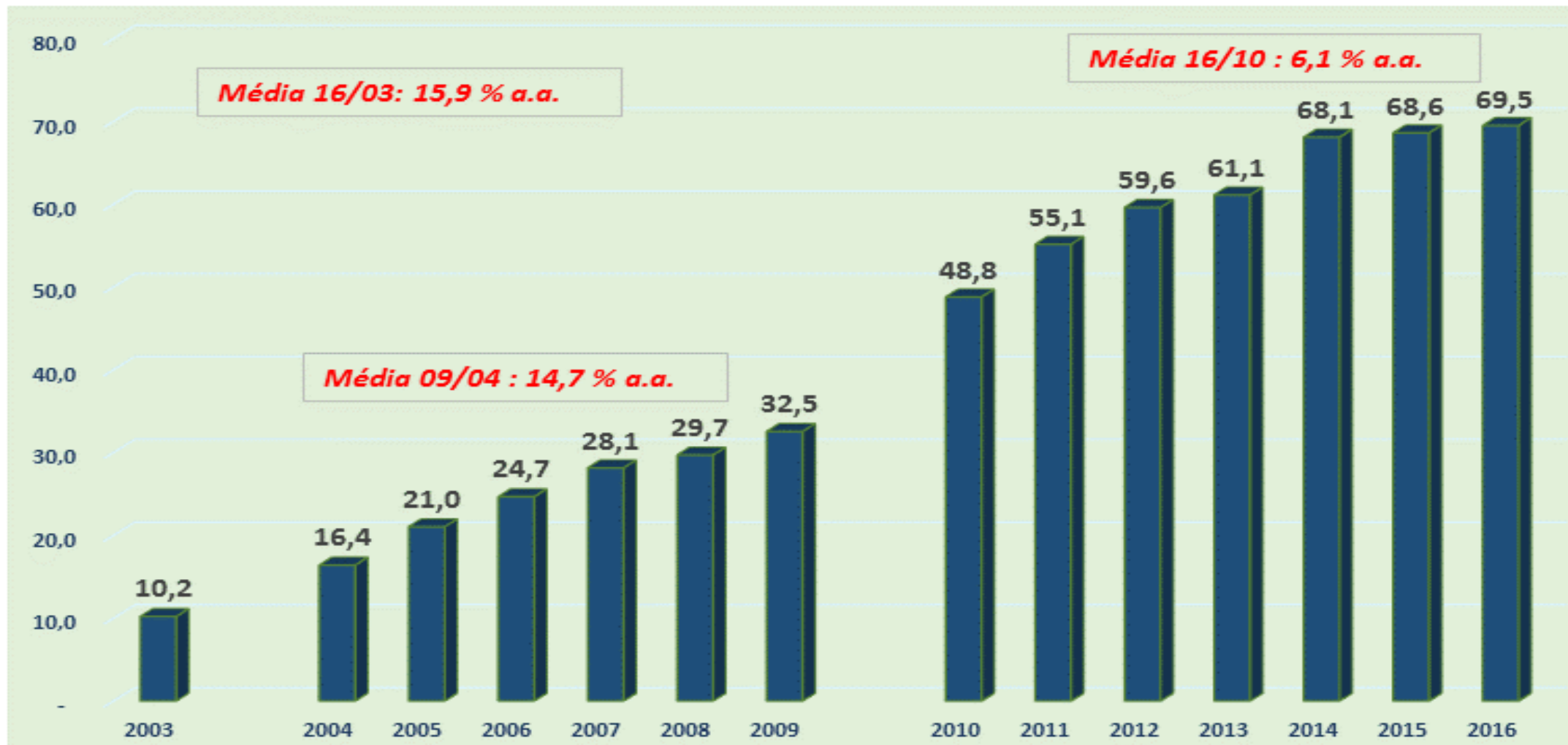
AÇÕES FISCAIS EFETUADAS

Período	FISCALIZAÇÃO		DILIGÊNCIA		T O T A L	
	Nº Instituições	Autuações	Nº Instituições	Autuações	Total	Autuações
	Fiscalizadas	(R\$ mil)	Diligenciadas	(R\$ mil)		(R\$ mil)
2005	45	6.603,88	-		45	6.603,88
2006	38	175.139,81	-		38	175.139,81
2007	33	4.049,96	16	67,51	49	4.117,46
2008	40	8.748,15	32	483,46	72	9.231,61
2009	26	9.371,33	24	409,58	50	9.780,91
2010	18	13.101,18	-		18	13.101,18
2011	26	670.541,92	-		26	670.541,92
2012	31	8.637,21	-		31	8.637,21
2013	31	12.554,48	4	26,49	35	12.580,97
2014	16	1.452,33	7	129,72	23	1.582,05
2015	32	410.752,40	12	232,98	44	410.985,38
2016	15	7.495,44	2		17	7.495,44
T O T A L	351	1.328.448,09	97	1.349,74	448	1.329.797,82



EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO

ARRECADAÇÃO - RECEITA ESPONTÂNEA DAS INST. FINANCEIRAS (R\$ milhões)



Muito Obrigado!

Fátima Lopes

fatima.sousa@sefin.fortaleza.ce.gov.br
(85) 98898.6321